

A PRESENÇA DOS ITALIANOS NO RIO DE JANEIRO: ENSINO, LÍNGUA E CULTURA DURANTE O IMPÉRIO E A PRIMEIRA REPÚBLICA

La presenza degli italiani a Rio de Janeiro: insegnamento, lingua e cultura durante l'Impero e la Prima Repubblica

The Presence of Italians in Rio de Janeiro: Teaching, Language and Culture during the Empire and the First Republic

VITOR DA CUNHA GOMES*

RESUMO: Este trabalho pretende discutir e analisar o ensino da língua italiana no Rio de Janeiro durante o Império e a Primeira República, assim como a presença de imigrantes italianos na referida localidade. Motivam a presente pesquisa o número significativo de italianos no Rio de Janeiro (BRASIL, 1872, 1906, 1920), assim como a pluralidade linguística vigente nas comunidades italianas e nas instituições de ensino que promoviam o estudo da língua italiana. Para atingirmos esse objetivo, serão averiguados os documentos regulamentadores do ensino de língua italiana a fim de observar os reflexos das políticas adotadas no ensino do idioma. O presente artigo utiliza como metodologia a análise documental a partir de Cellard (2010). Sobre a presença dos italianos no Rio de Janeiro lança mão dos estudos de Carmo (2015), Cappelli (2013), Weyrauch (2009) e Vanni (2000). No que concerne ao ensino de língua italiana na região delimitada, o estudo se desenvolve à luz das pesquisas de Pagani (2012) e Gomes (2019). Conclui-se que a presença dos imigrantes italianos desempenhou papel relevante para o

*Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
vitornaitalia@hotmail.com (ORCID: 0000-0001-9261-3813)
DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-8281.v0i40p19-30>



desenvolvimento e a ampliação do ensino fundamental no Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de língua italiana; Imigração italiana; Sociolinguística.

ABSTRACT: Questo lavoro intende discutere e analizzare l'insegnamento della lingua italiana a Rio de Janeiro durante l'Impero e la Prima Repubblica, nonché la presenza di immigrati italiani in quella località. A motivare la presente ricerca è non soltanto il numero significativo di italiani a Rio de Janeiro (BRASILE, 1872, 1906, 1920), ma anche la pluralità linguistica prevalente nelle comunità italiane e nelle istituzioni educative che hanno promosso lo studio della lingua italiana. A tal fine verranno studiati i documenti normativi per l'insegnamento della lingua italiana con lo scopo di osservare gli effetti di queste politiche sull'insegnamento delle lingue. L'articolo utilizza come metodologia l'analisi documentaria di Cellard (2010). Sulla presenza degli italiani a Rio de Janeiro si parte dagli studi di Carmo (2015), Cappelli (2013), Weyrauch (2009) e Vanni (2000). Per quanto riguarda l'insegnamento della lingua italiana nella regione delimitata, lo studio è sviluppato alla luce delle ricerche di Pagani (2012) e Gomes (2019). Si è concluso che la presenza di immigrati italiani ha svolto un ruolo importante nello sviluppo e nell'espansione dell'istruzione elementare a Rio de Janeiro.

PAROLE CHIAVE: Insegnamento della lingua italiana; Immigrazione italiana; Sociolinguistica.

ABSTRACT: This work aims to discuss and analyze the teaching of the Italian language in Rio de Janeiro during the Empire and First Republic, as well as the presence of Italian immigrants in that location. The following factors motivate the present research: the significant number of Italians in Rio de Janeiro (BRASIL, 1872, 1906, 1920), as well as the linguistic plurality prevailing in the Italian communities and in the educational institutions that promoted the study of the Italian language. For this, the regulatory documents for Italian language teaching will be investigated in order to observe the effects of these policies on language teaching. The present article uses as a methodology the documentary analysis from Cellard (2010). On the presence of Italians in Rio de Janeiro, studies by Carmo (2015), Cappelli (2013), Weyrauch (2009) and Vanni (2000) are used. Regarding the teaching of Italian language in the delimited region, the study is developed in the light of research by Pagani (2012) and Gomes (2019). It is concluded that the presence of Italian immigrants played an important role in the development and expansion of Elementary Education in Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Italian language teaching; Italian immigration; Sociolinguistics.

1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo promover reflexões acerca dos contextos relacionados ao ensino de língua italiana e dos reflexos sociais e linguísticos da presença de cidadãos italianos no estado do Rio de Janeiro, desde a época imperial até os dias atuais. Ao tratar as questões relacionadas à presença dos italianos no estado do Rio de Janeiro, valer-se-á das pesquisas de Carmo (2015), Cappelli (2013), Weyrauch (2009) e Vanni (2000). No que tange ao ensino de língua italiana na região delimitada, o estudo será realizado à luz das pesquisas de Pagani (2012) e Gomes (2019). A metodologia de análise escolhida foi a de análise documental de Cellard (2010), por compreender a análise de documentos oficiais, os quais serão de grande valia para o desenvolvimento da pesquisa.

Os estudos dos autores supracitados representaram contribuições relevantes para os temas relacionados ao proposto neste artigo e, portanto, o nortearão. Suas pesquisas explicitam dados e documentos sobre os italianos que compunham a sociedade do Rio de Janeiro e, além disso, mostram como foram o desenvolvimento e a evolução do ensino de língua italiana no estado fluminense.

Além das pesquisas mencionadas anteriormente, buscaram-se documentos que comprovassem a presença dos cidadãos italianos no estado. Nesse sentido, os recenseamentos realizados em 1872, 1906 e 1920 oferecem suporte para constatar, dentre diversos fatores, a presença dos cidadãos da península itálica no Rio de Janeiro e também para realizar comparações com outras comunidades que, no período, chegavam para compor a sociedade carioca.

Porém, apenas comprovar a presença italiana no estado do Rio de Janeiro não seria suficiente para construir um panorama completo do contexto da época das ondas migratórias. Portanto, torna-se significativo explicitar os diversos aspectos que exerceram influência na ocorrência da grande onda migratória de italianos para o Brasil e, mais especificamente, para o estado fluminense.

Entre os anos de 1870 e 1920, chegaram cerca de 1 milhão e 400 mil italianos no Brasil (CARMO, 2015, p. 25). A cidade do Rio de Janeiro, quando capital do império, abrigou os primeiros agrupamentos de imigrantes italianos, em épocas anteriores à dita “grande imigração”. O perfil desses imigrantes que, a princípio, viviam nas cortes imperiais era diferente dos imigrantes que chegariam durante a Primeira República. Segundo Vanni:

Eram eles, na maioria, refugiados políticos da Itália radicados em Portugal, empregados de armadores genoveses e comerciantes florentinos, mercenários e aventureiros, ávidos de fortuna que gozavam da simpatia da corte lusitana (2000, p. 22).

O autor destaca também que a presença italiana no Brasil teve início antes mesmo da colonização portuguesa em 1500, pois Américo Vespúcio esteve no norte do território que hoje é conhecido como Brasil ainda em 1499. Porém, por respeitar o tratado de Tordesilhas, ele decidiu mapear os litorais da Venezuela e das Guianas. Mais tarde, quando o Brasil já estava

sob domínio português, Vespúcio mapeou a América do Sul, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Argentina.

2. A migração italiana e suas motivações

Segundo os estudos de Gomes (2019), as políticas adotadas após a unificação do território italiano, a nacionalidade da imperatriz do Brasil, Teresa Cristina, e o fim da escravidão no território brasileiro foram condições determinantes para a vinda de italianos para o Brasil. O primeiro fator será o mais abordado na presente pesquisa, em razão dos resultados ligados às implementações políticas após a unificação italiana.

Com base nos estudos de Hobsbawn (2008), a formação dos Estados está associada a uma questão política e o ideal de nacionalismo é formado a partir da revolução francesa. Os eventos desencadeados na França influenciaram de modo direto nos Estados em formação e/ou transformação. A Itália, que até 1861 era constituída de ducados, reinos e repúblicas, ainda não estava unificada, e os principais valores propagados, a contar do levante francês, se fizeram presentes na unificação italiana. Carmo destaca características fundamentais, segundo ideais propagados depois do episódio citado, para a conjunção de um povo:

Os elementos básicos que identificariam determinados povos como nações seriam: 01. A associação deste povo com um Estado existente; 02. A presença de uma elite cultural longamente estabelecida; 03. A sua capacidade de conquista (CARMO, 2015, p. 43).

Assim, como é possível observar nas premissas sobre a unidade dos Estados de Hobsbawn e de Carmo, as confluências de elementos e conjunturas político-sociais da época teriam levado até o evento de 1861, quando a Itália, que era até então fragmentada em diversos Estados, unificou-se e proclamou Vittorio Emanuele II rei.

Os movimentos relacionados à unificação italiana já se faziam presentes algumas décadas antes da unificação. Na península, em 1830, Mazzini e Garibaldi propagaram os ideais libertários e democráticos pelo território italiano que muitas vezes estava sob domínio estrangeiro. (CARMO, 2015, p. 46).

A presença espanhola no território italiano era retratada também nas obras literárias do século XIX, em “Os Noivos” de Alessandro Manzoni, por exemplo, o domínio espanhol serviu como ambientação contextual e histórica para o romance.

Após a unificação, porém, apesar dos esforços idealizados por Garibaldi, a nobreza italiana seguiu usufruindo de seu prestígio político.

Deve-se frisar, também, que mesmo na pós-unificação, a antiga nobreza italiana continuou presente e atuante, além de ter concentrada em suas mãos boa parte das riquezas do país, sobretudo as propriedades fundiárias – ponto central para entender-se o fenômeno migratório. Adiciona-se a tanto o fato de a monarquia continuar instituída e dispor de grande força política. Por último, é necessário lembrar a exclusão

política à qual estava submetida a maioria esmagadora dos italianos, já que exigia-se a alfabetização para votar (CARMO, 2015, p. 49).

Assim, como salientado acima por Carmo, o cidadão italiano somente poderia votar se fosse alfabetizado. Como consequência, em 1882, menos de 7% da população italiana era eleitora, sendo o analfabetismo um dos maiores motivos. A outra grande razão para o baixo número de votantes era o veto do voto feminino. Em 1912, o voto universal masculino foi estabelecido (BERTONHA, 2005, p. 189-190), porém, mesmo com essa mudança, as pessoas analfabetas e/ou do gênero feminino continuaram sendo excluídas do processo eleitoral, fato que colaborou para a manutenção do poder político e econômico na península itálica nas mãos daqueles que sempre o detiveram.

No que tange às questões sobre as propriedades rurais, que é um dos fatores contribuintes para a massiva migração italiana, Weyrauch afirma que:

A partir do século XIX, com a abolição dos direitos feudais e a secularização das terras da Igreja, aconteceu uma concentração da propriedade em mãos da aristocracia local que arrendou essas mesmas terras para os camponeses. Estes, empobrecidos, submetiam-se às condições determinadas pelos proprietários de terras. Paralelamente, a Revolução Industrial incitou uma demanda de lenha e carvão que acabou por provocar a devastação da floresta, o que trouxe muitos danos com as intensas chuvas tornadas devastadoras sem a antiga vegetação protetora do solo (2009, p.113-114).

Sendo assim, segundo Bertonha (2005) e Weyrauch (2009), as condições climáticas, políticas e econômicas da época colaboraram para a perda das propriedades das famílias camponesas, permitindo que os grandes proprietários de terras mantivessem esses trabalhadores sob condições de trabalho estabelecidas de acordo com seus próprios interesses.

De acordo com Weyrauch, a unificação italiana ampliou as diferenças econômicas e sociais já existentes na península. Em suas palavras: “A unificação italiana fortaleceu o agressivo capitalismo do Norte da Itália que desestruturou a economia local, criando na região um clima de angustiante incerteza” (WEYRAUCH, 2009, p. 114).

Os fatores socioeconômicos, assim como explicitado nos parágrafos anteriores, foram determinantes para o fortalecimento de desacordos durante e após a unificação da Itália. Entretanto, outro fator que desencadeou conflitos foi a escolha da língua nacional. Segundo Carmo:

Dentre os conflitos que perpassaram a conjuntura do processo de unificação, destaca-se a questão da língua nacional. A escolha de um idioma – dentre os diversos falados, no país – como o oficial, submete os outros à condição de dialeto. Desse modo, evidenciam-se as relações de opressão. O florentino – idioma que dispunha de maior prestígio à época, devido, sobretudo, a obras literárias de peso como *A Divina Comédia* – foi considerado “o italiano” após a unificação (2015, p. 51).

A unificação tardia da Itália, em comparação com a maioria dos países da Europa Ocidental, resultou na formação de um país plurilíngue. Contudo, esse fator se tornou também um proble-

ma político, uma vez que, como relatado por Carmo, entre as línguas peninsulares, deu-se a escolha da língua de Florença para servir como base para a língua nacional. A eleição linguística se tornaria um ato opressor, visto que os idiomas não eleitos como língua oficial do Estado passaram à categoria de dialeto. Como afirma Hobsbawn

[...] a única base para a unificação italiana era a língua italiana, que unia a elite instruída da península, como leitores e escritores, embora tenha sido calculado que, quando da unificação (1860), apenas 2,5% da população usava a língua para fins cotidianos. Pois esse minúsculo grupo era, em sentido real, um e, portanto, o povo italiano (HOBSBAWN, 2008 p.76-77).

O autor afirma que a base da união se fez a partir de uma característica que unia não o povo, mas as elites peninsulares. Em decorrência disso, a unificação que se buscou com os ideais promovidos por Garibaldi não surtiu efeito, pelo contrário, desencadeou reformas legislativas e fiscais que resultaram na primeira grande onda migratória italiana.

3. Os italianos no Rio de Janeiro

Para identificar os italianos que migraram para o Rio de Janeiro, são de grande apoio os dados levantados em recenseamentos realizados em 1872, 1906 e 1920.

Em 1872, a cidade do Rio de Janeiro contava com 274.972 imigrantes, sendo que 1.738 deles eram italianos. Em 1920, porém, os imigrantes eram, no total, 1.157.840, dentre os quais, 21.929, italianos.

O Vêneto era a região da Itália de onde provinha a maioria desses imigrantes, porém, de acordo com Carmo (2015), estes cidadãos, em sua maioria, estabeleciam-se em São Paulo.

Além dos cidadãos do Vêneto, os provenientes da Campânia, Calábria, Lombardia, Abruzzi/Molise, Toscana, Emilia Romagna e Basilicata chegaram em número expressivo. Entretanto, ao observar a situação específica do estado do Rio de Janeiro, um grupo regional teve destaque: os calabreses (ALVIM, 2000, p. 387).

Carmo (2015) demonstra que os imigrantes italianos que fixavam residência no Rio de Janeiro eram, em sua maioria, oriundos da região da Calábria, e mais especificamente da província de Cosenza.

As associações de mútuo socorro também fornecem em seus documentos indícios da localidade de partida dos imigrantes italianos. A partir dos dados das igrejas e das associações, Carmo (2015) identifica a origem dos imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1870 e 1910, apresentando, inclusive, as províncias e comunas de onde partiram. Assim, a partir das informações levantadas, a autora afirma:

Os arquivos das igrejas – principalmente a de Sant’Anna – exibiram um dado muito interessante: a maioria esmagadora dos italianos em terra carioca não era apenas da Calábria – como aventam alguns historiadores – mas especificamente de Cosenza, uma província da região em questão... (CARMO, 2015, p. 118).

A partir da pesquisa de Carmo (2015, p. 169-171) pode-se chegar à conclusão de que do número total de imigrantes provenientes da região da Campânia 82,76% era de Salerno. Da região da Basilicata, todos os cidadãos eram de Potenza. Finalmente, daqueles provenientes da Região da Calábria, 97,78% era de Cosenza.

Após compreender de onde os cidadãos italianos provinham, buscou-se, com base nos censos de 1872, 1906, 1920, elucidar as áreas da cidade do Rio de Janeiro onde os imigrantes italianos se instalaram.

Os imigrantes procuravam morar próximo ao centro, as freguesias mais procuradas pelos recém-chegados ao Rio de Janeiro eram a de Sant'Anna e Santo Antonio, lugares que, por consequência, atingiam maior concentração de italianos na cidade. O objetivo dos imigrantes ao escolher esses lugares era a facilidade de deslocamento para o trabalho (GOMES, 2019, p. 72-74).

Sant'Anna compreendia a região onde hoje se situam a Avenida Presidente Vargas, a Central do Brasil, a Cidade Nova e parte do Estácio. A área possuía uma numerosa diversidade étnica, e africanos, italianos e migrantes internos conviviam na freguesia. Santo Antônio, outra freguesia habitada por imigrantes, correspondia ao que hoje é parte do Centro, da Lapa e do porto. Além das regiões da capital fluminense outros municípios foram agraciados com a presença italiana, dentre os quais, se destacam: Niterói, Petrópolis, São Fidélis, Itaocara, Varre-Sai, Porto Real, Valença, Nova Friburgo, os municípios da baixada fluminense e outros.

Sobre a atividade laboral, a maioria dos imigrantes se dedicava às lavouras, porém, inúmeros italianos se empenhavam no comércio, na venda de jornais e de bilhetes de loterias. E, por incentivo da imperatriz Teresa Cristina, durante o Império, diversos profissionais e artistas italianos chegaram ao Rio de Janeiro.

4. As escolas italianas no estado do Rio de Janeiro

Durante o período da primeira república, ou seja, de 1889 a 1930, houve a criação de diversas escolas italianas no estado do Rio de Janeiro. A abertura dessas instituições de ensino visava, por um lado, à inserção dos imigrantes e/ou filhos na sociedade fluminense e, por outro, ao suprimento da carência de ensino.

A criação das escolas acontece em decorrência da situação em que se encontravam as comunidades italianas naquele período histórico. Elas foram formadas por iniciativa de associações locais e associações de mútuo socorro, a fim de sanar a necessidade de instrução e inserção social dos filhos dos imigrantes. Como se lê em Pagani,

[...] a tipologia destas escolas refletia a situação das comunidades italianas que, em parte nos centros urbanos e em parte nas fazendas ou nas colônias agrícolas, precisavam educar os filhos e, ao mesmo tempo, integrar-se rapidamente na sociedade em que estavam recentemente inseridas. (2012, p.110)

Chiarini (2006) corrobora o pensamento da escola como promotora da inserção social e sustenta que o ensino da língua nesse contexto não teria como único objetivo ser um idioma instrumental, mas sim ir além, promovendo a inclusão comunitária. A autora afirma que

[...] insegnare una lingua a partire da un approccio educativo, e non soltanto strumentale, implica, oltre alla soddisfazione di obiettivi immediati, la ricerca di mete educative a lungo termine: la culturizzazione, la socializzazione e l'autopromozione.¹ (CHIARINI, 2006, p. 3)

Assim, a partir dos estudos de Chiarini (2006) e Pagani (2012), é possível constatar que as escolas italianas eram promotoras de instrumentos para a adaptação cultural.

A questão da língua italiana ensinada nas escolas em território brasileiro é complexa, os imigrantes italianos que chegavam ao Brasil vinham de diversas regiões, e a língua italiana oficial não era falada por todos. Por essa razão, diversos italianos consideravam a língua italiana ensinada no Brasil uma língua estrangeira. “Não é por acaso que, na maioria destas escolas, ensinava-se, além do italiano, e em italiano ou em dialeto, a própria língua portuguesa.” (PAGANI, 2012, p.110)

Luchese, assim como Pagani, relata que as aulas, muitas vezes, nas escolas italianas do Brasil eram ministradas em diferentes línguas da península itálica:

As escolas denominadas italianas foram o resultado da ação das comunidades, principalmente nas zonas rurais ou das associações de mútuo socorro, especialmente nas zonas urbanas. Elas foram, de início, a alternativa dos imigrantes à falta de escolas públicas. As escolas italianas rurais raramente receberam material escolar do Governo Italiano e os professores, membros da própria comunidade, ensinavam em dialetos as noções fundamentais de leitura, escrita e as quatro operações. Nas escolas mantidas pelas associações de mútuo socorro, o currículo era diversificado com o ensino da geografia e história da Itália, desenho, ginástica sueca e exercícios militares, ensino de outros idiomas a exemplo do francês (LUCHESE, 2010, p. 8-9).

Na Itália, como fora mencionado anteriormente, quando a língua oficial foi escolhida, as outras línguas que existiam passaram a ser consideradas dialetos. A consequência não se deve a características linguísticas, mas sim a questões de ordem política.

Segundo Pagani (2012, p. 111), as línguas não oficiais são vistas, habitualmente, como um idioma ligado à baixa instrução, embora muitos dialetos tenham sido utilizados por todas as classes socioeconômicas das grandes cidades italianas. Os fenômenos são expostos pelo autor:

O uso do dialeto indicava que o indivíduo pertencia às camadas sociais mais pobres e sem instrução. Contudo, baseado na experiência, fruto da origem italiana deste pesquisador, pode-se considerar, por exemplo, que o antigo dialeto de Turim e Milão

¹ Ensinar uma língua a partir de uma abordagem educativa, e não somente instrumental, implica, além da satisfação de objetivos imediatos, a pesquisa de metas educativas a longo prazo: a culturalização, a socialização, e a autopromoção. (Tradução do autor)

foi usado até aproximadamente os anos 1950, inclusive pelas camadas mais cultas e abastadas da população. (PAGANI, 2012, p.111)

A pluralidade linguística presente na Itália também se fez vigente no Brasil com a chegada dos imigrantes. Devido à diversidade das línguas dos italianos, para a comunicação entre eles, a prática da adoção do italiano *standard* ou do português era habitual.

[...] a dificuldade dos imigrados de entender o próprio dialeto dos outros imigrados italianos os levou a recorrer a outros instrumentos que poderiam ser o português ou italiano para se comunicar. Ainda assim prevaleceu o primeiro, sendo que o problema de comunicação deveria ser resolvido não somente entre imigrados da mesma nacionalidade. (PAGANI, 2012, p. 112-113)

Observa-se na citação acima que existiram problemas de compreensão entre os cidadãos provenientes das diversas regiões italianas, dado que, mesmo que a Itália tenha se unificado politicamente em 1861, este fato não significou uma imediata uniformização ou utilização de uma única língua nacional.

No período da primeira república, segundo Pagani (2012, p. 114), as instituições de ensino eram regulamentadas pela *Amministrazione Scolastica Locale*, mantida em cada cidade por um *Regio Agente Consolare* que supervisionava as escolas subsidiadas ou governamentais.

Eram as escolas mantidas pelas Sociedades de Socorro Mútuo que recebiam com mais regularidade ajuda da Itália, seja com o envio de material didático ou com o envio de professores que, muitas vezes, cumpriam as funções de mestre e agente consular. (PAGANI, 2012 p. 115)

Pagani (2012, p. 117), em sua pesquisa, coloca em evidência cinco anuários realizados pelo *Ministero degli Affari Esteri (MAE)*, nos quais é possível observar o número de escolas por município.

Ele elucida em seu estudo que nos anos de 1905/1906 duas escolas italianas estavam em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, as quais foram frutos das iniciativas do *Centro Italiano di Istruzione* e da Sociedade de Socorro Mútuo *Principe di Piemonte*.

Em 1908, surgem outras instituições de ensino. Pagani (2012, p. 121-122) evidencia a quantidade de alunos matriculados nas escolas da cidade do Rio de Janeiro e em Petrópolis. Existiram cinco instituições italianas de ensino na capital. A cidade de Petrópolis abrigava um considerável número de imigrantes italianos, fator que causou reflexo na instauração de escolas na cidade.

A *Società Operaia Italiana Vittorio Emanuele III di Mutuo Soccorso e d'Istruzione*, em 1906, teve a iniciativa de inaugurar uma instituição de ensino em Petrópolis. Em 1907, a *Società Dante Alighieri* funda um comitê em Petrópolis que resulta na abertura de uma escola.

As escolas italianas de Petrópolis no período da primeira república, durante todos os anos de seu funcionamento, contavam com 50 ou mais alunos matriculados, chegando a um pico de

103 alunos na *Scuola elementare mista diurna e serale Principe di Piemonte* no ano de 1910.

As escolas italianas não eram exclusivas à comunidade italiana no Brasil. As instituições atendiam também os residentes do Brasil de outras origens. Por consequência, ajudando a melhorar a rede de ensino no Rio de Janeiro.

As escolas italianas fundadas no Estado do Rio de Janeiro podem ser consideradas como um exemplo da capacidade intrínseca do imigrante italiano, de ter a força de responder, por meio do associativismo, a situações adversas, além da habilidade de expressar a solidariedade para com seus pares. (PAGANI, 2012, p. 147)

Assim, a abertura das instituições citadas no presente estudo foi testemunha da forma como os cidadãos de origem italiana se relacionaram com a sociedade carioca e fluminense de então. Como afirma Pagani:

Mais que uma contribuição para o desenvolvimento das políticas públicas para a educação no Brasil, os imigrantes italianos no Estado do Rio de Janeiro reforçaram a implementação da escolarização de massa, a construção de escolas e a contratação de professores, tanto para os filhos de agricultores, como para os filhos dos operários das fábricas, influenciando, portanto, a ampliação do atendimento educacional da população residente neste Estado, aceitando, inclusive, nas escolas italianas, os filhos de imigrantes de outras nacionalidades e os próprios brasileiros. (2012, p. 147)

Entretanto, a década seguinte traria mudanças significativas para os emigrados italianos, como pode-se observar:

O advento do partido fascista de Mussolini e a Reforma Gentili de 1921 para a escola pública diferenciaram, sobremaneira, a educação dos emigrados daquela que será dada aos cidadãos que permaneceram na Itália, que sofrerá mudanças nos conteúdos curriculares, com a introdução de valores marcantes do nacionalismo fascista da época. (PAGANI, 2012, p. 144)

Portanto, em 31 de maio de 1923, Gentile, *Ministro della Pubblica Istruzione* da Itália, realizou uma reforma educacional. Ligado ao partido fascista, o ministro considerava que a escola deveria ser rígida e direcionada à elite italiana.

*Gentile volle sviluppare un'idea di scuola severa, selettiva, destinata solo alle élites e nel suo intento non si staccò molto dal sistema casatiano, ma lo rese più organico cercando di dare una base teoretica e filosofica a un sistema scolastico che la legge Casati aveva costruito. Egli sosteneva di porsi in continuità con la legge Casati del 1859 che continuava a reggere l'impalcatura della scuola italiana.*² (CIVES, 1990)

Sendo assim, a partir de 1923, a escola voltaria a servir à aristocracia e deixaria de servir a todos os cidadãos italianos, como fora alguns anos antes.

No que tange às escolas italianas do Rio de Janeiro e de Petrópolis, segundo Pagani (2012,

2 Gentile quis desenvolver uma ideia de escola severa, seletiva, destinada só às elites e na sua intenção não se destacou muito do sistema casatiano, mas o tornou mais orgânico procurando dar uma base teórica e filosófica a um sistema escolar que a lei Casati havia construído. Ele alegou estar em continuidade com a lei Casati de 1859, que continuava a reger o pilar da escola italiana. (Tradução do autor)

p. 143), as instituições de ensino prosseguiram com suas atividades até depois dos anos 20 do século XX, porém, as mudanças políticas e as prioridades bélicas tornaram o orçamento para a educação mais escasso.

Os documentos que tratam das escolas italianas no Brasil apontam para uma continuidade de suas atividades até muito depois do ano de 1920, data que marca o fim do período de nosso estudo. Entretanto, pode-se afirmar que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) constituiu-se também em um marco, não só pelo esforço orçamentário do governo italiano da época, voltado para guerra, como também pela mudança de conduta em relação aos emigrantes italianos, que passaram a ser necessários na própria Itália. (PAGANI, 2012, p. 143)

Tendo em vista esse desenvolvimento histórico, as consequências dos investimentos direcionados às questões bélicas tiveram repercussões diretas e indiretas no ensino de língua italiana no estado do Rio de Janeiro, pois, os países mudaram suas prioridades, voltando suas atenções à guerra.

5. Considerações finais

Por meio dos dados obtidos, pôde-se compreender que a presença dos italianos no Rio de Janeiro mostrou-se importante na sociedade carioca e fluminense. Foram descritos os momentos em que chegou a maioria dos imigrantes italianos, assim como as funções sociais desempenhadas por eles, de onde vieram e onde se instalaram. Os calabreses formam o grupo regional com a maior presença do estado do Rio de Janeiro, com destaque para os cidadãos da província de Cosenza.

As freguesias da cidade do Rio de Janeiro onde os imigrantes italianos majoritariamente se instalavam eram as de Sant'Anna e Santo Antônio. Contudo, os italianos também se alojavam fora da capital do estado fluminense. Relembrando, os principais municípios que contavam com a presença italiana foram Niterói, Petrópolis, São Fidélis, Itaocara, Varre-Sai, Porto Real, Valença, Nova Friburgo, os municípios da baixada fluminense, entre outros.

É possível constatar a abertura de escolas onde se ensinava o idioma italiano. A criação das instituições de ensino é parte inerente da contribuição dos imigrantes italianos ao Brasil.

Os imigrantes, através de suas iniciativas, promoveram o desenvolvimento educacional e ajudaram o melhoramento e a ampliação do ensino fundamental para os cidadãos brasileiros.

As iniciativas dos imigrantes italianos que se fixaram no Rio de Janeiro promoveram o ensino no território fluminense e colaboraram para a educação dos imigrantes italianos e dos brasileiros. Assim, com base nos dados coletados e analisados na presente pesquisa, pode-se afirmar que a presença dos italianos foi de grande valia para o desenvolvimento educacional do Rio de Janeiro.

Referências

- ALVIM, Z. M. F. O Brasil italiano. In: FAUSTO, B. *Fazer a América*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- BERTONHA, J. F. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil 1872*. 1872. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf. (Acesso em: 14/08/2020)
- _____. *Recenseamento do Rio de Janeiro. Distrito Federal-realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf> (Acesso em: 14/08/2020)
- _____. *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil. Realizado em 1 de setembro de 1920*. Volume II, Parte 1. População do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, TYP. da estatística. 1923. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf> (Acesso em: 15/08/2020)
- CAPPELLI, V. *La belle époque italiana di Rio de Janeiro. Volti e Storie dell'immigrazione meridionale nella modernità carioca*. Rubertino: Soveria Mannelli, 2013.
- CARMO, M. I. M. do. *Do Mediterrâneo à Baía de Guanabara: Os italianos no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Curitiba. Prismas, 2015.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et Alii. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CHIARINI, A. M. L'italiano in Brasile: língua, italianità e processi di identificazione. *Revista de Italianística*, n. 13, p. 31-38, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/italianistica/article/viewFile/88115/90996> (Acesso em: 15/08/2020)
- CIVES, Giacomo. Una scuola di democrazia e di laicità. *Studi sulla formazione*, v. 16, n. 1, p. 25-35, 2013. Disponível em: <https://www.torrossa.com/it/resources/an/3006586> (Acesso em: 19/05/2020)
- FAUSTO, B. (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- GOMES, V. C. *O ensino de língua italiana no estado do Rio de Janeiro e as políticas linguísticas: um estudo diacrônico*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas. 2019. Disponível em: <http://posneolatinas.lettras.ufrj.br/index.php/tese-2019-vitor-da-cunha-gomes/> (Acesso em: 15/08/2020)
- HOBSBAWN, E. *Nações e Nacionalismos desde 1870*. Cidade: Paz e Terra, 2008.
- LUCHESE, T. Pela escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na Região Colonial Italiana, RS. In: *33 Reunião Anual da ANPED - Educação no Brasil: o balanço de uma década*, 2010, Caxambu, MG. Educação no Brasil: o balanço de uma década. Rio de Janeiro: ANPED, 2010. p. 1-16 Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT02-6902--Int.pdf> (Acesso em: 15/08/2020)
- PAGANI, C. *A imigração italiana no Rio de Janeiro e em Petrópolis e a educação para os filhos dos imigrantes, 1875 – 1920*. (Dissertação em Educação). Petrópolis, RJ: UCP, 2012
- VANNI, J. C. *Italianos no Rio de Janeiro. A história do desenvolvimento do Brasil partindo da influência dos italianos na capital do Império*. Niterói (RJ): Comunidade, 2000.
- WEYRAUCH, C. S. *Deus abençoe esta bagunça. Imigrantes italianos na cidade do Rio de Janeiro*. Niterói: Comunidade, 2009.

Recebido em: 24/08/2020

Aprovado em: 17/12/2020